



DH
JH
GR
ML

RELATÓRIO/INFORMAÇÃO SOBRE SITUAÇÃO ENCONTRADA NA CÂMARA MUNICIPAL DE NELAS

Quando nos candidatámos e assumimos os destinos do município, fizemo-lo conscientes de que a nossa tarefa não seria fácil, mas simultaneamente com uma vontade enorme de instituir um modelo de gestão aberto e transparente, assente nos valores da verdadeira democracia local participativa.

Contudo e infelizmente, não podemos ignorar o facto de a nossa missão estar a ser afetada por uma herança pesada que está invariavelmente a condicionar toda a nossa ação, retirando-nos o espaço e a autonomia desejados para as reformas estruturais e operacionais que queremos e desejamos implementar.

O Município de Nelas tem hoje, e hoje sim, um sério, gravíssimo e verdadeiro problema conjuntural fruto de uma deficiente planificação estratégica no passado ao nível da definição de prioridades o que condiciona toda e qualquer ação de governação.

Ainda assim, não nos atemorizamos perante as dificuldades e, apesar de todas as contingências, sabemos que estamos a dar passos sólidos e seguros, conscientes do caminho que temos que percorrer.

O relatório da Inspeção Geral de Finanças de 2018 tinha já apontado diversos procedimentos que não estavam de acordo com a legislação - como por exemplo o cálculo dos fundos disponíveis - e deixava já antever um grave problema financeiro e contabilístico para o futuro, alertando para o facto de o município estar em alerta para um saneamento financeiro.

Ao invés de arrepiar caminho, o executivo anterior continuou o rumo despesista e gestão sem planificação, o que faz com que a situação encontrada por este executivo seja de tal forma grave e lamentável, sob todos os pontos de vista, que tem que ser do conhecimento da população:

Ficam aqui alguns pontos que demonstram a incúria com que foi gerido o Município e que dizem muito do comportamento e da (falta) gestão do anterior executivo.

Handwritten initials and signature in blue ink, including the letters "MML".



1- Situação Financeira

1.1- Despesas Irregulares - Realização de empreitadas e aquisição bens e de serviços sem cabimento e compromisso.

Através de informações internas que os serviços fizeram chegar ao executivo e do relatório de acompanhamento do ROC, foi já possível apurar que foram executadas obras e aquisições de bens serviços sem a tramitação legal da despesa (cabimentação, compromisso, adjudicação, liquidação, autorização de pagamento e pagamento) no montante de cerca de 1 milhão de euros (961.948,83 euros).

A Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso estipula que os pagamentos só podem ser realizados quando os compromissos tiverem sido assumidos em conformidade com as regras e procedimentos previstos na lei e em cumprimento dos demais requisitos legais de execução de despesas. A violação destas normas faz incorrer os eleitos e outros dirigentes em responsabilidade civil, criminal, disciplinar e financeira.

1.2- Dívida total da autarquia.

Tal como alertamos durante a campanha eleitoral e no anterior mandato, a situação financeira da autarquia é muito grave.

A dívida a médio e longo prazo contratada é de cerca de 15 milhões de euros. Foi já aprovado em AM outro empréstimo de 1,5 milhões de euros para a eventual requalificação das escolas secundarias e centros de saúde do concelho.

A dívida a fornecedores é neste momento de cerca de 2,5 milhões de euros.

A estes valores temos de somar cerca de 1 milhão de euros de despesas irregulares e perto de 900 mil euros de provisão para processos em contencioso.

Tudo somado, e caso as obras das escolas e dos centros de saúde chegarem a ser realizadas, chegaremos a 21 milhões de euros de dívida.

Só poderemos apelidar esta forma de usar o dinheiro dos munícipes de ruínosa e irresponsável.



Aut
JF
de
mh

1.3- Fundos Disponíveis:

Os FD são um instrumento contabilístico e financeiro indispensável ao regular funcionamento de um município. No executivo anterior não eram calculados os fundos disponíveis. A grave situação financeira em que se encontra a autarquia deve-se a isso.

Em novembro os fundos disponíveis foram negativos. No final de dezembro provavelmente passaremos com pagamentos em atraso o que poderá implicar sanções por parte da DGAL. É dever dos eleitos locais observar escrupulosamente a Lei dos Compromissos que impõe como obrigação dos titulares de cargos políticos, respeitar um conjunto de procedimentos relativamente à assumpção de compromissos, os quais só podem ocorrer se existirem fundos disponíveis.

2- Recursos Humanos/Organização dos Serviços

A Câmara tem ao seu serviço 231 funcionários, 33 em regime de prestação de serviços e 24 contratos de emprego e inserção. No total são 288 os colaboradores da autarquia.

Encontrámos funcionários desmotivados, mas com disponibilidade e vontade para trabalhar mais e melhor. Esta situação implica que exista diálogo e responsabilização, valorizando as suas competências, guiados pelo sentido, que liderar não é impor, mas sim, despertar nos outros a vontade de fazer.

Nesse sentido e com este pressuposto, iremos reorganizar os serviços e o seu organigrama, procurando dar uma melhor resposta às necessidades, às obrigações e às competências a que atualmente o município está obrigado.

A despesa com pessoal prevista para o ano de 2022 é cerca de 4,6 milhões de euros, mais um milhão de euros relativamente a 2018. A despesa com o pessoal representará cerca de 47% do total da despesa corrente.

Desde a tomada de posse foi preciso, mensalmente, fazer alterações orçamentais para que os funcionários recebessem os seus vencimentos, os quais não se encontravam cabimentados. A despesa com o pessoal em 2021 representou cerca de 48% do total da despesa corrente.

Handwritten initials and marks in blue ink.



3- Projetos Co-Financiados

Os projetos co-financiados têm a mesma tônica: falta de planeamento. Aos valores irrealistas candidatados, acrescem os trabalhos a mais, muito devido ao projeto elaborado, e as sucessivas derrapagens no tempo para execução. São vários os exemplos. Apontamos aqui só alguns.

3.1- Loja do Cidadão

A loja do cidadão encontra-se em funcionamento desde 2018, mas a candidatura ainda não se encontra fechada. A autarquia ainda não recebeu cerca de 65 mil euros porque o anterior executivo não terminou o processo.

3.2- PARU

- As obras do PARU já executadas (Req. 4 Esquinas, Largo da Estação, Av. Ant. Joaquim Henriques) também continuam com a candidatura aberta. Estão por receber cerca de 30 mil euros porque não existe relatório final das obras.

- A obra da Av. João XXIII é o exemplo de um projeto sem qualquer planeamento financeiro. Apesar de ainda não existir resposta à candidatura o anterior executivo adjudicou a obra. Agora, segundo a CCDR, o valor a atribuir de financiamento será inferior ao esperado em cerca de 100 mil euros. Ainda não se iniciou e já existe uma derrapagem.

- O Mercado Municipal fruto de um acompanhamento deficiente ao nível do projeto, que não previu situações básicas, como por exemplo a altura da estrutura que lá se encontra, tem tido trabalhos a mais que passam já os 100 mil euros.

3.3- Requalificação das escolas secundárias e centro de saúde

A CCDR já informou que não haverá verba para o que foi candidatado. Nós tínhamos alertado para isso. O executivo mais uma vez preferiu continuar no caminho do impossível em vez de conseguir o possível.

Apesar de ainda se esperar a resposta oficial da CCDR, a decisão sobre as obras nas escolas secundárias será de apoio muito inferior ao afirmado pelo executivo. O custo padrão e a verba que foi atribuída para todos os municípios da CIM serão a fundamentação. Relativamente às obras nos centros de saúde serão "encaminhados" pela CCDR para as verbas previstas no PRR, e que farão com que as mesmas tenham um apoio de 100% do custo.



UH
JL
A
m

3.4- Área de Acolhimento Empresarial

Apesar da grande propaganda que anterior executivo fez sobre a aquisição de terrenos para indústria, a verdade é que na AAE não existem terrenos para ceder aos pedidos que temos tido.

AAAE é limitativa do crescimento já que apenas foi pensada para um local e não foi abrangente territorialmente.

Acresce que existem terrenos que foram cedidos a mais do que uma empresa provocando dúvida e conflitos sobre a instalação das mesmas.

Mais uma vez, a CCDR, voltou a criticar a forma como foi elaborada a candidatura pelo anterior executivo, a qual sofreu uma redução na comparticipação inicial, tendo sido necessária a sua reprogramação.

3.5- Centro de Recolha Oficial de Animais Companhia

Mais um exemplo de como não se deve gerir os dinheiros públicos.

Depois de uma inspeção em julho, e onde foram apresentadas diversas falhas, o executivo em vez de resolver a situação, criou outro ao levar para lá animais, sem que as falhas estivessem todas resolvidas. Apesar de os animais (para já apenas cães) se encontrarem num espaço melhor, ainda faltam significativos melhoramentos no CROAC.

Como falta adquirir o mobiliário indispensável para que o trabalho do veterinário municipal seja possível.

Neste momento está em causa a devolução do apoio que foi dado de 50 mil euros devido à irresponsabilidade do executivo.

4- Instalações Municipais

4.1- Oficinas e Parque Automóvel

As oficinas e o estaleiro encontram-se em estado de degradação e abandono evidentes com silvas e ervas, entulhos, sucata, luzes fundidas e falta de segurança.

Os edifícios e os pavilhões necessitam de obras de beneficiação urgentes e de melhorar a sua salubridade.

Foi encontrado um parque automóvel degradado e envelhecido. O investimento em duas



carrinhas que não resolvem as necessidades da autarquia deixa muito a desejar.

As máquinas da Câmara Municipal estão em muito mau estado, colocando em perigo os funcionários que as operam, precisando sistematicamente de manutenção.

4.2- Edifício dos Paços do Concelho

O cartão de visita do município encontra-se num estado lastimável, sendo exemplo disso o salão nobre. Todo o edifício necessita de uma intervenção para que a segurança e o acolhimento aos munícipes e às diversas entidades que são recebidas nos paços do concelho, bem como aos funcionários, seja reforçada.

4.3- Multiusos

O edifício tem infiltrações que podem colocar em causa a estrutura do mesmo.

Os locais mais problemáticos sempre que chove, são:

- A sala principal do multiusos onde as infiltrações colocam em causa o sistema do ar condicionado e a parte elétrica; e,
- As salas do arquivo municipal, colocando em risco um importante acervo do município e um trabalho de anos.

4.4- Piscina Coberta

Estado de abandono desta infraestrutura que representa uma proposta central da autarquia para um saudável estilo de vida, com a promoção de atividades de desporto aquáticos. Não havia interesse em proporcionar qualquer atividade nessa área à população. Apesar de existir informação dos serviços sobre o mau estado em que se encontrava este equipamento, nada foi feito para solucionar o problema. Com a agravante de a piscina ter estado fechada mais de um ano, tempo mais que suficiente para a realização das obras de conservação/manutenção.

5- Situação Ambiental

5.1- ETAR'S / Fossas

Ao contrário do que é afirmado a situação ambiental do concelho ainda não está totalmente



Handwritten signature and initials
A
mm

resolvida. As ETAR'S, por si só, não resolveram o problema.

Continuam a faltar ETAR'S em algumas freguesias e, onde não existem, as fossas continuam a não ser tratadas, revelando uma total falta de respeito por essas populações e a saúde pública.

Em termos ambientais, sucedem-se processos de contra ordenação ambiental movidos pelas entidades competentes nos mandatos anteriores foram superiores, em número e coimas potenciais, aos anteriores a 2013.

5.2- Tarifa do Saneamento

Com a construção das ETAR'S e devido ao custo de manutenção associado - superior a 600 mil euros ano - desde 2016, o município encontrava-se legalmente obrigado a atualizar o valor da tarifa do saneamento. Existem declarações do anterior presidente da câmara a assumir essa atualização, o que nunca fez.

Neste momento o município está a ser confrontado pelas entidades sobre esta não atualização da tarifa, e encontra-se numa situação que pode levar à devolução dos apoios recebidos - cerca de 4 milhões de euros - pela construção das ETAR'S e do reservatório da água.

5.3- Reservatório da água

Inaugurado em campanha eleitoral, sabe-se agora que não estava - nem pode estar - em funcionamento. Mais um exemplo da forma como foi gerida a autarquia e os dinheiros públicos. Além de não ter sido ainda possível efetuar a ligação definitiva da energia, não foram contempladas instalações sanitárias para os funcionários que nela trabalham.

5.4- ETAR III de Nelas

Continuamos a aguardar o relatório do LNEC sobre o problema encontrado para se saber qual a sua gravidade e consequências do mesmo. Desde 2020, e fruto dos relatórios apresentados pela empresa fiscalizadora, que vínhamos a alertar para o problema e para que existisse um relatório de uma entidade independente. Terminado que está o prazo para o envio do relatório, vamos pedir o envio do mesmo o mais breve possível e assegurar que a responsabilidade será remetida a quem vier ser responsabilizado.



6- Sindicância/Inspeção/Auditoria

O atrás mencionado é uma parte do que foi encontrado até à presente data, no município desde a tomada de posse.

Não entrámos na Câmara Municipal para fazer 'caça às bruxas', nem para perseguir e condenar os atos do passado, mas é nosso dever informar a população.

Perante toda a situação exposta, não temos outra alternativa que não seja a de pedir uma sindicância e uma auditoria à Inspeção Geral de Finanças e comunicar a todas as entidades competentes a situação atual da Câmara Municipal.

Nelas, 27 de dezembro de 2021

Joaquim Amaral

Handwritten signature of Joaquim Amaral in blue ink.

Manuel Henriques

Handwritten signature of Manuel Henriques in blue ink.

Elsa Loureiro

Handwritten signature of Elsa Loureiro in blue ink.

Artur Ferreira

Handwritten signature of Artur Ferreira in blue ink.